

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DAS FAMÍLIAS  
ASSISTIDAS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO  
SOBRE OS PADRÕES DE GASTOS FAMILIARES NA CIDADE DE  
ARAÇAGI-PB**

**ANALYSIS OF THE FINANCIAL BEHAVIOR OF FAMILIES  
ASSISTED BY THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: A STUDY ON  
SPENDING PATTERNS IN THE MUNICIPALITY OF ARAÇAGI-PB**

**ANÁLISIS DEL COMPORTAMIENTO FINANCIERO DE LAS  
FAMILIAS BENEFICIADAS POR EL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
UN ESTUDIO SOBRE LOS PATRONES DE GASTO EN EL MUNICIPIO  
DE ARAÇAGI-PB**

Cayo César Pires Ramos Rodrigues<sup>1</sup>  
Luiz Marcelo Martins do Amaral Cabral<sup>2</sup>  
Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa<sup>3</sup>  
João Marcelo Alves Macedo<sup>4</sup>  
Vittor Coelho Dias<sup>5</sup>

Artigo recebido em outubro de 2025  
Artigo aceito em novembro de 2025

DOI: 10.26853/Refas\_ISSN-2359-182X\_v12n02\_02

**RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar os padrões de gastos e o comportamento financeiro de famílias beneficiárias do *Programa Bolsa Família* no município de Araçagi-PB, buscando compreender de que forma a transferência condicionada de renda influencia as práticas de consumo, poupança e planejamento doméstico. A pesquisa adotou abordagem descritiva e exploratória, com método misto, articulando técnicas quantitativas e qualitativas. Foram aplicados questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas a 120 beneficiários do programa, residentes nas zonas urbana e rural do município. Os resultados indicam que a renda proveniente do benefício é majoritariamente destinada à satisfação de necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, o que evidencia uma racionalidade financeira orientada pela subsistência imediata. Observou-se baixa capacidade de

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus IV. E-mail: cayocesar2201@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4608823358036682>. OrcId: 0009-0009-2303-3159.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Contábeis. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus IV. E-mail: luizmarcelocb@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5738049418794379>. OrcId: 0000-0002-6385-3241.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus IV. E-mail: gustavobrandao@bol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3978745023294083>. OrcId: 0000-0002-6372-2583.

<sup>4</sup> Pós-graduado em Gestão Pública – PPGP e PROFIAP. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus IV. E-mail: joao.marcelo@academico.ufpb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0370488498421792>. OrcId: 0000-0002-6313-1759.

<sup>5</sup> Mestrando em Administração Pública. PROFIAP. Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus IV. E-mail: vittor\_dias@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2664105609585784>. OrcId: 0009-0007-0268-9816.

poupança e reduzido acesso à educação financeira, fatores que limitam a construção de estratégias de planejamento de longo prazo. Constatou-se também que o cumprimento das condicionalidades do programa está associado à qualidade dos serviços públicos locais, o que reforça a necessidade de integração entre transferência de renda e políticas estruturantes de educação e saúde. Conclui-se que, embora o *Bolsa Família* desempenhe papel fundamental na mitigação da pobreza e na proteção social, sua efetividade plena depende do fortalecimento da educação financeira e da ampliação de oportunidades de inclusão produtiva, de modo a transformar a transferência de renda em instrumento de autonomia econômica e cidadania social.

**Palavras-chave:** Comportamento financeiro; Transferência de renda; Bolsa família; Educação financeira; Vulnerabilidade social.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the spending patterns and financial behavior of families benefiting from the Bolsa Família Program in the municipality of Araçagi, Brazil, seeking to understand how conditional cash transfers influence household consumption, saving, and planning practices. The research adopted a descriptive and exploratory approach with a mixed method, combining quantitative and qualitative techniques. Structured questionnaires and semi-structured interviews were applied to 120 program beneficiaries living in both urban and rural areas of the municipality. The results indicate that most of the income from the benefit is used to meet basic needs such as food, housing, and health, revealing a financial rationality guided by immediate subsistence. Low saving capacity and limited access to financial education were observed, factors that hinder the development of long-term planning strategies. The study also found that compliance with the program's conditionalities is associated with the quality of local public services, reinforcing the need for integration between income transfer and structural policies in education and health. It is concluded that although Bolsa Família plays a fundamental role in poverty reduction and social protection, its full effectiveness depends on strengthening financial education and expanding opportunities for productive inclusion, transforming income transfers into instruments of economic autonomy and social citizenship.

**Keywords:** Financial behavior; Cash transfer; Bolsa família; Financial education; Social vulnerability.

## RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar los patrones de gasto y el comportamiento financiero de las familias beneficiarias del Programa Bolsa Família en el municipio de Araçagi-PB, con el propósito de comprender cómo la transferencia condicionada de ingresos influye en las prácticas de consumo, ahorro y planificación doméstica. La investigación adoptó un enfoque descriptivo y exploratorio, con método mixto, articulando técnicas cuantitativas y cualitativas. Se aplicaron cuestionarios estructurados y entrevistas semiestructuradas a 120 beneficiarios del programa, residentes en las zonas urbana y rural del municipio. Los resultados indican que la renta proveniente del beneficio se destina principalmente a la satisfacción de necesidades básicas como alimentación, vivienda y salud, lo que evidencia una racionalidad financiera orientada a la subsistencia inmediata. Se observó baja capacidad de ahorro y acceso limitado a la educación financiera, factores que restringen la planificación a largo plazo. Asimismo, se constató que el cumplimiento de las condicionalidades del programa está relacionado con la calidad de los servicios públicos locales, lo que refuerza la necesidad de integrar la transferencia de ingresos con políticas estructurales de educación y salud. Se concluye que, aunque el Bolsa Família desempeña un papel fundamental en la mitigación de la pobreza y la protección social, su plena efectividad depende del fortalecimiento de la educación financiera y de la ampliación de las oportunidades de inclusión productiva, transformando la transferencia de ingresos en un instrumento de autonomía económica y ciudadanía social.

**Palabras clave:** Comportamiento financiero; Transferencia de ingresos; Bolsa família; Educación financiera; Vulnerabilidad social.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) constitui-se em uma das principais políticas públicas de transferência direta de renda do Estado brasileiro, reconhecido internacionalmente como instrumento eficaz de mitigação da pobreza e de redução das desigualdades sociais (Soares et al., 2010). Criado em 2003 e institucionalizado pela Lei nº 10.836/2004, o programa unificou iniciativas anteriores, como o *Bolsa Escola* e o *Auxílio Gás*, promovendo a racionalização administrativa e a focalização das ações em famílias em situação de vulnerabilidade econômica (Campello & Neri, 2013).

A adesão ao programa é operacionalizada por meio do Cadastro Único para Programas Sociais, cuja principal função é identificar e caracterizar famílias de baixa renda, assegurando focalização e equidade distributiva (Brasil, 2025). O benefício é concedido a famílias com renda per capita mensal de até R\$ 218,00, condicionando sua manutenção ao cumprimento de compromissos nas áreas de saúde, educação e assistência social, como frequência escolar mínima e acompanhamento nutricional.

Pesquisas indicam que o Bolsa Família exerce efeitos positivos sobre o consumo, a nutrição e a frequência escolar, ao mesmo tempo em que impulsiona economias locais em municípios de pequeno porte (SOUZA; OSORIO; SOARES, 2011). Entretanto, as evidências ainda são escassas quanto ao modo como os beneficiários decidem sobre a alocação dos recursos recebidos – tema que perpassa dimensões econômicas e cognitivas, especialmente quando considerados os limites de racionalidade e a escassez de instrumentos de educação financeira.

A partir da ótica das finanças comportamentais, propõe-se compreender as decisões financeiras das famílias beneficiárias como resultado de vieses cognitivos, heurísticas de consumo e restrições emocionais, conforme argumentam Kahneman (2012) e Thaler (2015). Esses autores sugerem que os indivíduos tendem a estruturar mentalmente seus recursos por meio de *mental accounts*, o que influencia padrões de consumo e poupança, sobretudo entre populações de baixa renda.

Nesse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: Quais são os comportamentos financeiros e padrões de gastos das famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família na cidade de Araçagi–PB? O objetivo geral é analisar o comportamento financeiro das famílias beneficiárias, identificando as principais formas de destinação do benefício e suas implicações na construção de autonomia econômica.

A relevância da pesquisa se expressa em dois níveis. No plano teórico, a integração entre a literatura sobre políticas redistributivas e as finanças comportamentais contribui para avançar na compreensão de como famílias em vulnerabilidade constroem racionalidades econômicas próprias. No plano prático, o estudo oferece subsídios para políticas públicas de educação financeira e inclusão social, reforçando a necessidade de estratégias voltadas não apenas à transferência de renda, mas também à emancipação financeira dos beneficiários.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico pela dependência do bolsa família.

### 2.1 A dependência do bolsa família e a gestão das finanças pessoais

O Programa Bolsa Família constitui uma das principais políticas de redistribuição de renda do Estado brasileiro, sendo fundamental na provisão de recursos voltados à cobertura de despesas essenciais, como alimentação, saúde e educação. Criado com o propósito de mitigar a pobreza enquanto as famílias desenvolvem estratégias de inserção produtiva e fortalecimento socioeconômico, o programa se consolida como um instrumento de inclusão e de promoção da cidadania social (Campello & Neri, 2013; Soares et al., 2010).

A literatura especializada evidencia que políticas de transferência condicionada de renda podem, em determinados contextos, gerar tensões entre o alívio imediato da pobreza e a dependência de longo prazo. Conforme argumentam Soares, Ribas e Osório (2010), a efetividade dos programas redistributivos está condicionada à capacidade estatal de articular as transferências monetárias com políticas estruturantes, como educação, qualificação profissional e inclusão produtiva, de modo que sua eficácia não se limite ao combate pontual da pobreza, mas promova transformação social sustentável. A ausência dessa articulação tende a reproduzir uma dependência funcional dos benefícios, sobretudo em regiões de baixo dinamismo econômico e reduzida oferta de trabalho formal.

Apesar dessas limitações, estudos recentes demonstram que o Bolsa Família tem ampliado o consumo de bens essenciais e contribuído para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano (Lindert et al., 2023). A expansão do poder de compra das famílias beneficiárias, ao estimular economias locais, reforça o papel contracíclico das transferências sociais em períodos de crise fiscal. No entanto, essa expansão também impõe desafios à gestão financeira doméstica, uma vez que os valores recebidos, ainda que vitais, são frequentemente insuficientes para cobrir todas as necessidades básicas.

Nessa perspectiva, compreender a gestão dos recursos familiares implica reconhecer que o comportamento financeiro dos beneficiários é condicionado por restrições cognitivas, emocionais e contextuais. Thaler (2015) e Kahneman (2012) apontam que indivíduos tendem a adotar estratégias de *mental accounting*, segmentando seus recursos em contas mentais específicas, alimentação, saúde, lazer, e, assim, criando uma estrutura de decisão que nem sempre segue princípios de otimização racional. Entre famílias de baixa renda, esse processo é ainda mais sensível, pois decisões de consumo envolvem simultaneamente fatores de sobrevivência e de identidade social (Banerjee & Duflo, 2019).

Com o retorno do Bolsa Família pela Lei nº 14.601/2023, o programa foi redesenhado para fortalecer o caráter redistributivo e focalizado. Atualmente, a política prevê os seguintes benefícios: Renda de Cidadania, de R\$ 142,00 por integrante; Complementar, destinado a atingir o valor mínimo de R\$ 600,00 por família; Primeira Infância, de R\$ 150,00 por criança de até 6 anos; e Variável Familiar, de R\$ 50,00 para gestantes, crianças e adolescentes. Esses valores ilustram o esforço estatal para estruturar uma política social mais abrangente, ainda que limitada diante das múltiplas privações enfrentadas por seus beneficiários (Brasil, 2025).

Portanto, a análise da relação entre o Bolsa Família e a gestão das finanças pessoais ultrapassa a dimensão econômica, alcançando um campo híbrido entre a economia comportamental e a sociologia das práticas financeiras. Essa integração permite compreender

que a chamada dependência não se reduz à continuidade do benefício, mas reflete uma complexa interação entre estrutura institucional, racionalidade limitada e vulnerabilidade socioeconômica.

## 2.2 Padrões de gastos e o comportamento financeiro dos beneficiários

O Programa Bolsa Família tem como finalidade prover suporte financeiro a famílias em pobreza e extrema pobreza, assegurando o acesso a direitos básicos e promovendo inclusão social. Evidências empíricas mostram que os recursos são majoritariamente alocados a itens essenciais, sobretudo alimentação, contas domiciliares e despesas vinculadas a saúde e educação, o que reflete a prioridade de consumo básico sob restrição orçamentária (Martins et al., 2016; Sperandio et al., 2017). Em termos de composição, verificam-se incrementos em dispêndios com alimentos *in natura* e ingredientes culinários, além de maior disponibilidade energética domiciliar entre beneficiários em comparação a não beneficiários, sem aumento estatisticamente significativo de ultraprocessados em amostras analisadas (Martins et al., 2016).

A literatura sugere que variações no valor transferido e na duração da participação podem alterar a cesta de consumo e a distribuição intradomiciliar dos gastos, com elasticidades heterogêneas entre grupos alimentares e rubricas não alimentares (Ferrario, 2014). Ao mesmo tempo, estudos recentes identificam nuances: há indícios de que a participação no programa não esteja associada a padrões generalizados de consumo não saudável e, em alguns recortes, possa até reduzir riscos específicos em saúde, como a prematuridade extrema (Maciel et al., 2022; Ortelan et al., 2024). No plano agregado, revisões sistemáticas e análises longitudinais associam o programa a melhorias em indicadores sociais e de saúde, redução de mortalidade e hospitalizações, queda de evasão escolar e efeitos positivos em segurança alimentar, reforçando a centralidade do benefício para a proteção social (Magalhães et al., 2024; Cavalcanti et al., 2025).

Sob a ótica das finanças comportamentais, a estrutura decisória das famílias beneficiárias é mediada por racionalidade limitada, *mental accounting* e vieses de curto prazo, especialmente quando a renda é escassa e volátil. Tais mecanismos ajudam a explicar a concentração dos gastos em necessidades imediatas e a dificuldade de formação de reservas, mesmo quando os benefícios aliviam restrições severas (Banerjee & Duflo, 2019). Assim, políticas de transferência condicionada tendem a alcançar maior eficácia quando articuladas a iniciativas de educação financeira e serviços complementares, sem implicar, por si, efeitos adversos sistemáticos sobre participação laboral ou incentivos econômicos (Soares et al., 2010).

Em síntese, os padrões de gasto observados entre beneficiários do Bolsa Família são coerentes com a função de proteção social do programa e com as previsões da economia comportamental em contextos de renda restrita: prevalece a alocação para bens essenciais, com evidências de melhoria da qualidade alimentar e de desfechos sociais e de saúde, ao mesmo tempo em que persistem desafios para o planejamento de longo prazo e a poupança em ambientes de alta vulnerabilidade.

## 2.3 Condicionais do bolsa família e a permanência no programa

O Programa Bolsa Família integra o conjunto de políticas públicas de proteção social direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, estruturando-se sob o modelo de transferência condicionada de renda. As condicionais representam um pacto de corresponsabilidade entre Estado e beneficiários: o poder público garante a transferência do recurso financeiro, enquanto as famílias assumem compromissos voltados à educação e à saúde

(Brasil, 2023). Esse arranjo institucional traduz a noção de cidadania vinculada ao exercício de direitos sociais básicos, em um modelo de proteção que busca equilibrar assistência e autonomia (Lindert et al., 2023).

Entre as principais condicionalidades destacam-se: (i) a realização de acompanhamento pré-natal pelas gestantes; (ii) o cumprimento do calendário nacional de vacinação; (iii) o monitoramento do estado nutricional de crianças menores de sete anos; e (iv) a frequência escolar mínima de 60% para crianças de 4 a 5 anos e de 75% para beneficiários entre 6 e 18 anos incompletos que não concluíram a educação básica (Brasil, 2023). O descumprimento dessas exigências implica sanções graduais, advertência, bloqueio, suspensão e, em última instância, o cancelamento do benefício, conforme regulamento operacional do programa.

O fundamento teórico das condicionalidades repousa sobre a hipótese de que a transferência condicionada pode induzir comportamentos voltados ao fortalecimento do capital humano e à interrupção do ciclo intergeracional da pobreza (Rawlings & Rubio, 2005). Evidências empíricas mostram que o modelo brasileiro contribuiu para a ampliação do acesso aos serviços públicos e para a redução de desigualdades regionais, sobretudo nas áreas de saúde materno-infantil e escolarização (Rasella et al., 2013; Shei, 2013). No entanto, o cumprimento das condicionalidades depende da capacidade de oferta estatal. Em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), beneficiários enfrentam dificuldades logísticas e estruturais para atender às exigências, ausência de transporte escolar, carência de unidades de saúde ou insuficiência de profissionais, o que compromete a equidade do modelo (Rasella et al., 2021).

A responsabilização exclusiva das famílias, sem considerar a limitação da infraestrutura pública, tende a transformar um mecanismo de indução de comportamento em um instrumento punitivo. Estudos de Rasella et al. (2021) e Magalhães et al. (2024) indicam que a efetividade das condicionalidades está intrinsecamente ligada à qualidade e disponibilidade dos serviços públicos locais. Assim, o êxito do *Bolsa Família* depende de uma coordenação intersetorial capaz de articular assistência social, saúde e educação, garantindo que as condicionalidades não sejam apenas obrigações formais, mas oportunidades reais de inclusão.

A recente Lei nº 14.601/2023, que reinstaurou o Bolsa Família, reforça essa diretriz ao prever a integração do acompanhamento das condicionalidades ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Nacional de Educação Básica (SNEB). Essa articulação reafirma que a corresponsabilidade deve ser compartilhada entre Estado e cidadão: enquanto o beneficiário se compromete com o uso ativo dos serviços, o Estado deve assegurar o acesso universal e equitativo. Dessa forma, o modelo evita a culpabilização das famílias e preserva o caráter emancipatório da política social.

## 2.4 Educação financeira e sua importância no planejamento familiar

A educação financeira exerce papel estruturante no âmbito do planejamento familiar, pois oferece o arcabouço conceitual e instrumental necessário à gestão racional dos recursos econômicos. Ao permitir que as famílias elaborem orçamentos, identifiquem fontes de receita e despesas, e adotem decisões conscientes sobre consumo e poupança, a educação financeira contribui diretamente para a prevenção do endividamento e para a promoção da estabilidade econômica doméstica. Trata-se, portanto, de um instrumento de autonomia que fortalece a capacidade das famílias de lidar com situações de incerteza e de assegurar sua sustentabilidade financeira ao longo do tempo.

Jacob et al. (2000, p. 8) definem a educação financeira como o domínio de práticas e conhecimentos aplicáveis ao uso cotidiano do dinheiro, desde a administração de cheques,

cartões de crédito e contas básicas, até decisões mais complexas, como a contratação de seguros, a obtenção de empréstimos ou a realização de investimentos. Configura-se, assim, como um conjunto de saberes práticos, normativos e quantitativos que fundamentam escolhas econômicas prudentes e informadas, capazes de mitigar riscos e otimizar resultados financeiros no nível individual e familiar.

No contexto de famílias de baixa renda, como as beneficiárias do *Programa Bolsa Família*, a educação financeira assume relevância ampliada. A restrição orçamentária as torna mais suscetíveis a armadilhas de consumo, endividamento com juros elevados e alocação ineficiente de recursos. A ausência de planejamento financeiro adequado compromete não apenas a satisfação das necessidades imediatas, mas também a capacidade de formular metas de médio e longo prazo. Segundo Bader e Savoia (2013, p. 212), entre populações em situação de extrema pobreza, as demandas emergenciais, alimentação, habitação e saneamento, frequentemente relegam a educação e a inclusão financeira a um plano secundário. Nesse cenário, as decisões econômicas são orientadas pela urgência e não por critérios de racionalidade, o que aprofunda a vulnerabilidade social.

Cerbasi (2015) observa que menos de 5% das pessoas mantêm suas finanças dentro de parâmetros sustentáveis de controle, o que demonstra que a precariedade da educação financeira transcende as fronteiras de classe e constitui um fenômeno estrutural que compromete o bem-estar coletivo. Entre os beneficiários de programas de transferência de renda, o domínio de noções básicas de gestão orçamentária pode representar a diferença entre a continuidade da dependência estatal e a construção de trajetórias de emancipação econômica. Nessa mesma direção, Santos e Ferreira (2019, p. 1) destacam que o endividamento pessoal decorre, em grande parte, da forma como o indivíduo administra seus recursos e compromissos, e não exclusivamente do montante de renda disponível. Assim, a má gestão financeira tende a produzir inadimplência e instabilidade econômica, mesmo em faixas de renda intermediária.

A implementação de programas de capacitação em finanças pessoais voltados a grupos vulneráveis constitui, portanto, uma estratégia essencial para romper o ciclo da pobreza. Ao estimular hábitos de planejamento, poupança e consumo consciente, a educação financeira fortalece a cidadania econômica, amplia a eficiência das políticas de transferência de renda e contribui para a formação de uma cultura financeira orientada pela autonomia, pela prudência e pela sustentabilidade.

### 3 MÉTODO

Esta pesquisa adotou uma abordagem descritiva e exploratória, com método misto, articulando técnicas de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos. O objetivo principal consistiu em identificar os padrões de gastos e o comportamento financeiro de famílias beneficiárias do *Programa Bolsa Família* no município de Araçagi-PB.

A escolha de Araçagi-PB como universo empírico da investigação fundamenta-se em dois aspectos centrais: (i) o vínculo institucional do pesquisador responsável com a gestão municipal do *Cadastro Único* e do *Programa Bolsa Família*, o que proporcionou acesso direto e autorizado às bases de dados e aos sujeitos da pesquisa; e (ii) a relevância do município como recorte representativo de uma realidade social marcada por baixa renda, concentração de beneficiários e limitações estruturais típicas de cidades de pequeno porte no Nordeste brasileiro.

Esse contexto favoreceu a observação de práticas financeiras em ambientes onde o benefício representa a principal, ou única, fonte estável de renda familiar.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas e questionários eletrônicos aplicados pela plataforma *Google Forms*®. A amostra foi composta por 120 respondentes, todos beneficiários ativos do programa, residentes em diferentes bairros da zona urbana e rural do município. O questionário continha 12 questões de múltipla escolha, elaboradas para captar práticas de consumo, estratégias de poupança, prioridades financeiras e percepção subjetiva de bem-estar.

A coleta de dados de campo enfrentou desafios logísticos significativos, principalmente nas áreas rurais. Muitos beneficiários apresentavam baixo nível de escolaridade ou analfabetismo funcional, o que exigiu a leitura integral das questões pelo pesquisador e o preenchimento assistido do formulário eletrônico. Além disso, o deslocamento às comunidades rurais foi necessário para assegurar representatividade espacial e diversidade socioeconômica, respeitando as peculiaridades do território municipal.

Também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com profissionais da assistência social responsáveis pelo acompanhamento das famílias que apresentaram descumprimento de condicionalidades. Essa etapa permitiu identificar os fatores institucionais que interferem na permanência dos beneficiários no programa e na gestão cotidiana dos recursos. A proximidade do pesquisador com a execução do *Bolsa Família* e do Cadastro Único no município contribuiu para a fidedignidade dos dados, reduzindo vieses de interpretação e favorecendo o diálogo entre prática administrativa e pesquisa científica.

Segundo Severino (2007), a pesquisa científica resulta de um processo autônomo e criativo, orientado pelo rigor metodológico e pela sistematicidade. Nessa linha, as entrevistas semiestruturadas, conforme Marconi e Lakatos (2010), constituíram instrumento essencial para aprofundar as percepções, atitudes e práticas financeiras dos beneficiários. Essa técnica permitiu acessar nuances subjetivas — como hábitos de consumo e critérios de priorização de gastos — que dificilmente seriam captadas apenas por instrumentos quantitativos.

Os dados quantitativos foram sistematizados por meio de análise estatística descritiva, com frequência relativa e cruzamento de variáveis socioeconômicas (idade, escolaridade, número de dependentes e destino do benefício). Já os dados qualitativos foram submetidos a análise de conteúdo categorial, conforme Bardin (2016), possibilitando identificar padrões discursivos e recorrências temáticas. O cruzamento entre os resultados empíricos e o referencial teórico sobre comportamento financeiro, racionalidade limitada e consumo sob restrição de renda forneceu a base interpretativa para as inferências apresentadas na seção seguinte.

De acordo com dados oficiais do Governo Federal, aproximadamente 5.036 famílias são beneficiárias do Bolsa Família em Araçagi-PB. No mês de março de 2024, o município recebeu os seguintes repasses:

- a) Benefício de Renda de Cidadania (R\$ 142,00 por integrante): R\$ 1.510.099,00;
- b) Benefício Complementar (para atingir R\$ 600,00 por família): R\$ 1.498.413,00;
- c) Benefício Primeira Infância (R\$ 150,00 por criança de 0 a 6 anos): R\$ 226.875,00;
- d) Benefício para gestantes (R\$ 50,00): R\$ 2.775,00;
- e) Benefício para crianças de 7 a 12 anos: R\$ 98.725,00;
- f) Benefício para adolescentes de 12 a 18 anos: R\$ 23.775,00 (Brasil, 2024).



A sistematização e análise integradas dos dados revelaram os principais desafios enfrentados pelas famílias no uso do benefício: (i) baixa capacidade de poupança; (ii) priorização do consumo imediato; e (iii) dificuldade de planejamento financeiro de longo prazo. Esses resultados foram posteriormente organizados em tabelas e analisados à luz do referencial teórico apresentado, permitindo articular empiricamente o comportamento financeiro dos beneficiários com os conceitos de racionalidade limitada e dependência estrutural de renda.

Por fim, foram ainda aplicadas técnicas estatísticas de correlação e associação para examinar as relações entre as variáveis levantadas. Utilizaram-se os coeficientes de Pearson e Spearman, adequados, respectivamente, para variáveis numéricas e ordinais, a fim de identificar possíveis vínculos entre hábitos de poupança, prioridades financeiras e percepção de bem-estar. As análises foram conduzidas com o uso do software Python (versão 3.13.1).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo abordou os comportamentos e decisões dos beneficiários do Bolsa Família quanto à administração do recurso recebido do Governo Federal. A pesquisa, respondida por 120 beneficiários cadastrados e residentes na cidade de Araçagi, abrange participantes de diversos bairros, tanto da zona urbana quanto da rural.

Com transparência e rigor metodológico, os dados foram coletados e apresentados de forma responsável, refletindo com precisão os hábitos financeiros e desafios práticos enfrentados por esses beneficiários. As informações obtidas permitem compreender de maneira clara como esses indivíduos utilizam o benefício para suprir suas necessidades diárias e para poupança e planejamento financeiro.

Tabela 1 - Estimativa de poupança mensal do benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Não poupa	89	74,2
Poupa 10%	21	17,5
Sim, guardo entre 10% e 20% do benefício	8	6,7
Sim, guardo mais de 20% do benefício	2	1,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 1 revela um cenário desafiador em relação à capacidade de poupança dos beneficiários do Bolsa Família. Dos 120 entrevistados, 74,2% afirmam não conseguir poupar nenhuma parte do benefício, indicando que a maior parte dos recursos é destinada à subsistência imediata. Apenas 25,8% conseguem guardar alguma quantia, sendo que 17,5% pouparam até 10% do valor e apenas 1,7% conseguem poupar mais de 20%.

Esses dados destacam a dificuldade dos beneficiários em gerar reservas financeiras, refletindo as limitações do benefício em proporcionar margem para acumulação de capital, diante das demandas básicas de consumo.

Tabela 2 - Reserva para imprevistos com parte do Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Nunca pensei	6	5
Já pensei, mas não consigo	77	64,2
Às vezes consigo economizar	27	22,5
Sempre economizo para emergências	10	8,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 2 ilustra a relação desses indivíduos com a criação de uma reserva de emergência utilizando parte do benefício. Os dados revelam que uma maioria significativa dos investidores (64,2%) confirma a importância de poupança, mas declara não conseguir poupar. Um percentual menor, 22,5%, consegue economia para situações emergenciais. Apenas 8,3% exigem ter o hábito de sempre reservar parte do benefício para emergências. Por outro lado, 5% dos beneficiários nunca consideraram essa possibilidade.

Esses resultados indicam que, apesar da conscientização de alguns beneficiários sobre a necessidade de poupança, a capacidade de economia ainda é bastante limitada, o que fica perceptível que essas famílias necessitam de uma educação financeira que reverta esse cenário.

Tabela 3 - Frequência de poupança do benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Nunca	32	26,7
Raramente	41	34,2
Algumas vezes	43	35,8
Sempre	4	3,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 3 demonstra dados onde revelam que 26,7% dos entrevistados nunca pouparam e 34,2% demonstraram economizar. Uma parcela significativa, 35,8%, afirma conseguir poupar algumas vezes, enquanto apenas 3,3% relatam conseguir poupar de forma constante.

Esses números indicam que, embora exista algum nível de poupança entre os beneficiários, ela ainda é limitada, com uma expressiva maioria relacionada com dificuldade

em acumular recursos de forma regular. Isso reflete a realidade financeira desafiadora enfrentada pelas famílias assistidas pelo programa.

Tabela 4 - Investimento do benefício Bolsa Família para geração de renda futura

Pergunta	Valores	%
Nunca invisto	47	39,2
Já pensei em investir, mas ainda não comecei	49	40,8
Às vezes invisto em algo	16	13,3
Sim, regularmente invisto parte do benefício	8	6,7
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 4 examina dados onde revelam que 39,2% dos entrevistados nunca investiram o valor recebido, enquanto 40,8% já consideraram a possibilidade de investir, mas ainda não iniciaram. Um grupo menor, 13,3%, afirma que algumas vezes conseguem investir, e apenas 6,7% dos beneficiários declaram investir regularmente parte do benefício com o objetivo de gerar renda futura.

Esses resultados indicam que, embora a maioria dos beneficiários demonstre interesse em investir, a prática eficaz de utilizar o benefício para fins de geração de renda é baixa, refletindo as limitações financeiras.

Tabela 5 - Aplicação do Bolsa Família para pequenos negócios ou reformas residenciais

Pergunta	Valores	%
Nunca usei o benefício para isso	47	39,2
Já pensei, mas ainda não fiz	39	32,5
Já fiz melhorias na casa com o benefício	26	21,7
Sim, já comecei um pequeno negócio com o benefício	8	6,7
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 5 apresenta dados onde mostram que 39,2% dos entrevistados nunca deram o valor para fins de montar seu próprio negócio ou investir no domicílio, enquanto 32,5% já consideraram a ideia, mas ainda não a colocaram na prática. Um grupo de 21,7% relatou ter utilizado o benefício para realizar melhorias em suas casas, e 6,7% pretendem iniciar pequenos negócios com parte do recurso.

Esses resultados indicam que, embora uma parcela significativa dos beneficiários tenha considerado ou utilizada o benefício para melhorar suas condições de moradia ou para

empreender, a maioria ainda encontra dificuldades em transformar essa mudança em ação. Isso reflete tanto as limitações do valor do benefício quanto as dificuldades em viabilizar investimentos mais substanciais, seja em reformas ou no empreendedorismo, destacando as barreiras financeiras enfrentadas pelas famílias no uso do recurso para melhorar sua qualidade de vida ou ampliar sua capacidade de geração de renda.

Tabela 6 - Obstáculos para guardar ou investir o benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
O benefício não é suficiente para guardar ou investir	26	21,7
As despesas básicas consomem todo o benefício	76	63,3
Não sei como começar a guardar ou investir	2	1,7
Consigo poupar ou investir uma parte do benefício	16	13,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 6 explora dados dos principais obstáculos enfrentados pelos beneficiários. A maioria expressiva (63,3%) relata que as despesas básicas consomem todo o valor recebido, impossibilitando qualquer forma de poupança ou investimento. Além disso, 21,7% afirmaram que o benefício é insuficiente para esses fins. Apenas 1,7% dos entrevistados mencionaram a falta de conhecimento sobre como começar a poupar ou investir, enquanto 13,3% conseguem poupar ou investir uma parte do benefício.

Esses dados evidenciam que a principal barreira para economizar ou investir está relacionada às necessidades básicas das famílias, que absorvem a parcela do benefício, deixando pouco ou nenhum espaço para planejamento financeiro. Isso reforça a condição de vulnerabilidade financeira dos beneficiários, cuja prioridade é a sobrevivência imediata, com pouco espaço para a criação de reservas financeiras.

Tabela 7 - Percepção sobre a melhoria financeira ao guardar ou investir parte do benefício

Pergunta	Valores	%
Não acredito que seria possível	21	17,5
Talvez, mas não sei como	26	21,7
Sim, mas é difícil no momento	55	45,8
Sim, com planejamento seria possível	18	15
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 7 aborda dados sobre a possibilidade de melhorar a situação financeira dos beneficiários guardando ou investindo parte do benefício. A maior parte dos entrevistados (45,8%) acredita que essa melhoria é viável, mas enfrentará dificuldades no momento. Além disso, 21,7% consideram que, embora possível, não sabem como fazê-lo. Outros 17,5% não acreditam ser possível melhorar financeiramente através da poupança ou investimento do benefício, enquanto 15% acreditam que, com um bom planejamento, seria possível alcançar essa melhoria.

Esses resultados refletem um sentimento misto entre os beneficiários: apesar de muito sem o potencial de melhorar financeiramente com a poupança ou investimento, eles enfrentam barreiras significativas, como falta de conhecimento, recursos ou planejamento adequado. Isso demonstra que, embora exista uma consciência sobre a importância do planejamento financeiro, as condições socioeconômicas e as limitações práticas impedem a maioria dos beneficiários de concretizar essas ações na prática.

Tabela 8 - Áreas de maior gasto com o benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Alimentação	79	65,8
Contas de luz, água e outras utilidades	71	59,2
Roupas e calçados	14	11,7
Educação (material escolar, uniformes, etc.)	21	17,5
Saúde (medicamentos, consultas)	28	23,3
Transporte	12	10
Outros...	4	3,3
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 8 apresenta as principais áreas de gasto dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi. A maior parte do benefício é destinada à alimentação, apontada por 65,8% dos entrevistados, seguida por despesas com contas de luz, água e outras utilidades, que consomem o recurso de 59,2% das famílias. Outros gastos incluem saúde (23,3%), educação (17,5%), roupas e calçados (11,7%) e transporte (10%). Apenas 3,3% relataram despesas em outras categorias.

Esses dados demonstram que os beneficiários priorizam itens essenciais para a sobrevivência, como alimentação e despesas básicas, refletindo a importância do programa para o sustento imediato das famílias. A menor alocação de recursos para áreas como educação, saúde e transporte reforça a dificuldade em utilizar o benefício para investimentos em longo prazo ou em condições de melhorar de vida de maneira mais estruturada.

Tabela 9 - Interesse em economizar ou investir parte do benefício do Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Não tenho interesse	20	16,7
Talvez, mas depende do custo	37	30,8
Sim, mas preciso de mais informações	34	28,3
Sim, gostaria muito de aprender	29	24,2
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 9 analisa o interesse dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi em economizar ou investir parte do benefício. Os dados mostram que 30,8% dos entrevistados têm interesse, mas sua decisão depende dos custos envolvidos. Além disso, 28,3% demonstram vontade de poupar ou investir, mas necessitam de mais informações. Um grupo de 24,2% expressa grande interesse em aprender como fazer isso, enquanto 16,7% não têm interesse em economizar ou investir.

Esses resultados indicam que a maioria dos beneficiários está aberta à ideia de economizar ou investir o benefício, embora muitos desafios enormes de informação e recursos. Isso revela a necessidade de maior orientação financeira e de ferramentas acessíveis para que os beneficiários possam planejar melhor o uso do valor recebido, possibilitando o desenvolvimento de uma maior segurança financeira.

Tabela 10 - Prioridades ao investir ou economizar o benefício Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Melhorias na casa	18	15
Educação dos filhos	34	28,3
Pequeno negócio	25	20,8
Guardar para emergências	43	35,8
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 10 explora as prioridades dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi ao economizar ou investir o benefício. O principal objetivo indicado foi guardar para emergências, com 35,8% dos entrevistados priorizando essa ação. A educação dos filhos foi a segunda prioridade, apontada por 28,3%. Outros 20,8% manifestaram o desejo de investir em um pequeno negócio, enquanto 15% focariam em melhorias na residência.

Esses dados revelam que, quando os beneficiários conseguem economizar ou investir, suas prioridades são externas para necessidades essenciais e de longo prazo, como segurança financeira, educação e melhorias no lar. Isso reflete um interesse em usar o benefício de forma estratégica, buscando melhorar as condições de vida e criar oportunidades de crescimento.

Tabela 11 - Melhoria na qualidade de vida após o Bolsa Família

Pergunta	Valores	%
Sim, melhorou muito	54	45
Sim, melhorou um pouco	62	51,7
Não, permaneceu igual	3	2,5
Não, piorou	1	0,8
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 11 avalia a percepção dos beneficiários do Bolsa Família em Araçagi sobre a melhoria na qualidade de vida após a implementação do programa. Os dados mostram que 45% dos entrevistados afirmaram que sua qualidade de vida melhorou muito, enquanto 51,7% relatam uma melhoria, mesmo que modesta. Apenas 2,5% afirmam que as suas condições de vida encontradas são iguais, e 0,8% afirmam que a situação é pior.

Esses resultados indicam um impacto positivo do Bolsa Família, com a grande maioria dos beneficiários confirmando melhorias em suas vidas. Essa percepção sugere que, apesar das limitações financeiras e dos desafios enfrentados, o programa tem desempenhado um papel fundamental em fornecer maior segurança e atender às necessidades básicas, contribuindo para um aumento geral no bem-estar da população.

Tabela 12 - Influência do Bolsa Família na compra de alimentos e produtos de higiene

Pergunta	Valores	%
Sim, agora consigo comprar todos os itens necessários	26	21,7
Sim, consigo comprar a maioria dos itens necessários	71	59,2
Não, compro apenas alguns itens necessários	21	17,5
Não, não consigo comprar os itens necessários	2	1,7
TOTAL	120	100

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A Tabela 12 avalia a influência do Bolsa Família na capacidade de compra de alimentos e produtos de higiene pelos beneficiários em Araçagi. Os dados mostram que 59,2% dos entrevistados conseguiram adquirir a maioria dos itens necessários, enquanto 21,7% afirmam que agora conseguem comprar todos os itens essenciais. Por outro lado, 17,5% relatam que conseguem comprar apenas alguns itens, e apenas 1,7% afirmam que não conseguem.

Esses resultados evidenciam que o Bolsa Família tem um impacto significativo na segurança alimentar e na saúde dos beneficiários, permitindo que a maioria atenda às suas necessidades básicas. No entanto, a existência de um pequeno grupo que ainda enfrenta

dificuldades destaca a importância de continuar com políticas que garantam o acesso a alimentos e produtos essenciais para a sociedade mais carente.

A etapa de tratamento estatístico teve por objetivo identificar padrões de associação entre as variáveis que compõem o comportamento financeiro das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para tanto, aplicaram-se medidas de correlação (Pearson e Spearman) e testes de associação (qui-quadrado), a partir da base de dados consolidada das doze questões aplicadas.

Inicialmente, procedeu-se ao cálculo das correlações de Pearson, que mensuram relações lineares entre variáveis numéricas, e das correlações de Spearman ( $\rho$ ), mais apropriadas para variáveis ordinais e de natureza Likert, como é o caso das respostas às questões Q1–Q12. O resultado gráfico (heatmap) revelou baixa interdependência entre as variáveis, com coeficientes oscilando entre -0,2 e +0,3, o que denota associações modestas e dispersas. As correlações mais consistentes emergiram entre os itens Q1, Q2 e Q3, que tratam do hábito de poupança e da propensão a economizar, e entre Q11 e Q12, que abordam percepção de melhora na qualidade de vida e capacidade de compra de itens básicos (Tabela 13).

Tabela 13 - Interpretação das Correlações entre as Questões (Spearman)

Par de Variáveis	Natureza da Relação	Sinal da Correlação	Interpretação Substantiva
Q1 × Q2	Correlação positiva fraca	+0,28	Quem pensa em economizar tende a conseguir guardar parte do benefício.
Q1 × Q3	Correlação positiva fraca	+0,26	Há coerência entre hábito e frequência de poupança.
Q2 × Q3	Correlação positiva moderada	+0,31	Indica consistência comportamental na intenção e prática de economizar.
Q4 × Q5	Correlação positiva leve	+0,22	Pequeno vínculo entre investir e aplicar o benefício em negócios ou melhorias domésticas.
Q6 × Q7	Correlação negativa leve	-0,20	Quanto maiores as dificuldades percebidas, menor a crença na possibilidade de melhorar financeiramente.
Q8a × Q8b	Correlação positiva leve	+0,24	Alimentação e contas básicas aparecem como gastos complementares e simultâneos.
Q10 × Q11	Correlação positiva leve	+0,19	Beneficiários com foco em planejamento tendem a perceber maior melhora de vida.
Q11 × Q12	Correlação positiva moderada	+0,28	A melhora na qualidade de vida está associada à maior capacidade de compra.
Q6 × Q10	Associação não significativa (Qui-quadrado)	$p = 0,4278$	Obstáculos relatados não diferenciam prioridades de investimento.
Demais pares	Correlação muito fraca ou nula		Sem relação linear relevante entre os constructos observados.

Fonte: dados da pesquisa (2024)



Essas correlações, embora de baixa magnitude, indicam coerência interna nos constructos: beneficiários que afirmam conseguir poupar parte do benefício também tendem a demonstrar maior intenção de economizar e melhor percepção de controle financeiro; de modo semelhante, quem percebe melhora na qualidade de vida tende a relatar aumento da capacidade de consumo. Contudo, o conjunto das variáveis apresenta fraca correlação global, o que sugere que o comportamento econômico das famílias não segue um padrão linear único, refletindo antes a heterogeneidade estrutural e regional dos contextos socioeconômicos em que estão inseridas.

Na sequência, foi conduzido o teste qui-quadrado de independência ( $\chi^2$ ) para verificar a existência de associação estatística entre as variáveis Q6 (obstáculos para investir) e Q10 (prioridades de investimento ou economia). O resultado empírico foi  $\chi^2 = 9,10$ , com graus de liberdade = 9 e  $p = 0,4278$ , o que implica ausência de associação estatisticamente significativa ( $p > 0,05$ ). Assim, rejeita-se a hipótese de dependência entre as categorias, indicando que as restrições relatadas pelas famílias (benefício insuficiente, despesas básicas, falta de conhecimento financeiro) não diferenciam significativamente suas prioridades de uso do recurso (melhorias na casa, educação, pequenos negócios ou reserva de emergência).

A convergência dos dois testes estatísticos, correlação e qui-quadrado, sustenta um mesmo achado empírico: as decisões financeiras das famílias beneficiárias permanecem estruturalmente condicionadas pelo nível de renda e pela destinação prioritária do benefício ao consumo essencial, não havendo evidência de comportamento diferenciado segundo percepção de obstáculos ou intenção de investimento. Tal padrão é coerente com a literatura sobre transferência condicionada de renda, que aponta que, na ausência de políticas complementares de capacitação e acesso ao crédito, o benefício tende a desempenhar função predominantemente compensatória e de subsistência, com impacto limitado sobre a autonomia financeira de longo prazo.

Em síntese, a análise empírica evidencia que, embora existam relações comportamentais localizadas, especialmente entre atitudes de poupança e percepção de bem-estar, o conjunto das variáveis apresenta baixa correlação e ausência de associação significativa entre obstáculos e prioridades financeiras. Isso reforça a interpretação de que o Bolsa Família cumpre papel fundamental na redução imediata da vulnerabilidade, mas ainda não induz mudanças estruturais no padrão de gestão financeira das famílias, o que dependeria de políticas integradas de educação financeira, capacitação profissional e inclusão produtiva.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os padrões de gastos e os comportamentos financeiros das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Araçagi-PB, com ênfase na forma como os recursos são utilizados no cotidiano e nas implicações desse uso para a qualidade de vida e a autonomia econômica dos assistidos.

Os resultados revelaram que a maior parte dos recursos é alocada em itens de subsistência imediata, como alimentação, contas de água e energia, medicamentos e produtos de higiene. Essa destinação reforça o caráter emergencial e assistencial do programa, cujo papel principal tem sido garantir um mínimo de segurança alimentar e acesso a serviços básicos, contribuindo significativamente para a redução das privações materiais mais severas.

No entanto, a pesquisa também evidenciou limitações estruturais importantes. A baixa capacidade de poupança, a ausência de planejamento financeiro e a dificuldade de converter parte do benefício em investimentos produtivos demonstram que, embora o programa cumpra uma função social relevante, ele ainda não assegura, por si só, a superação do ciclo de vulnerabilidade. A precariedade do capital financeiro, social e educacional limita a possibilidade de transformação da renda recebida em oportunidades sustentáveis de geração de renda e ascensão socioeconômica.

Apesar disso, algumas evidências apontam para tentativas modestas de direcionamento do benefício a finalidades estratégicas, como pequenos negócios e melhorias na habitação. Há também expressiva disposição por parte dos beneficiários em aprender sobre finanças pessoais, o que indica um terreno fértil para a implementação de políticas públicas complementares, voltadas à educação financeira e à qualificação profissional.

Assim, conclui-se que o Programa Bolsa Família tem cumprido seu papel central de prover assistência a famílias em situação de pobreza, mas carece de articulação com outras ações estruturantes que ampliem as capacidades dos beneficiários. Políticas de capacitação, formação empreendedora e inclusão produtiva podem potencializar os efeitos do programa e favorecer a transição da condição de dependência para a de autonomia.

Como limitação, destaca-se a amostra restrita ao município de Araçagi, o que inviabiliza generalizações para outros contextos regionais. Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da análise em diferentes regiões do país, bem como o acompanhamento longitudinal dos beneficiários para mensurar o impacto de intervenções educativas e formativas sobre seus comportamentos financeiros.

## 6 REFERÊNCIAS

- Bader, M., & Savoia, J. R. F. (2013). Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. *Revista de Administração de Empresas*, 53(2), 161–173. <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/30276>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2019). *Good economics for hard times*. New York: PublicAffairs.
- Brasil. (2023). *Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023*. Institui o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial da União*. <https://www.planalto.gov.br>
- Brasil. (2024). *Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: Relatório de pagamentos do Programa Bolsa Família – março de 2024*. Brasília: MDS.
- Brasil. (2025). *Programa Bolsa Família: benefícios, valores e condicionalidades – 2025*. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. <https://www.gov.br/mds>
- Campello, T., & Neri, M. (Orgs.). (2013). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.
- Cavalcanti, D. M., Rasella, D., Paes-Sousa, R., et al. (2025). Health effects of the Brazilian conditional cash transfer program: A 20-year evaluation and forecasting study. *The Lancet Public Health*. Advance online publication.

- Cerbasi, G. (2015). *Como organizar sua vida financeira*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Ferrario, M. N. (2014). *The impacts on family consumption of the Bolsa Família programme* (Serie Macroeconomía del Desarrollo). Santiago: CEPAL.
- Jacob, K., Hudson, S., & Bush, M. (2000). *Tools for survival: An analysis of financial literacy programs for lower-income families*. Chicago: Woodstock Institute.
- Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lindert, K., De la Brière, B., & Van Domelen, J. (2023). *The nuts and bolts of Brazil's Bolsa Família program: Implementing conditional cash transfers in a decentralized context*. Washington, DC: World Bank.
- Maciel, F. A., Sousa, T. R. V., Oliveira, A. I., et al. (2022). The impact of cash transfer participation on unhealthy consumption by households: Evidence from Brazil. *BMC Public Health*, 22, 1217. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13550-0>
- Magalhães, J., Santos, D., Souza, D., et al. (2024). Health, economic and social impacts of the Brazilian cash transfer program (*Bolsa Família*): A systematic review. *BMC Public Health*, 24, 20046. <https://doi.org/10.1186/s12889-024-20046-2>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, A. P. B., Canella, D. S., Baraldi, L. G., Monteiro, C. A., & Levy, R. B. (2016). Impact of the Bolsa Família program on food availability of low-income families. *BMC Public Health*, 16, 827. <https://doi.org/10.1186/s12889-016-3486-y>
- Ortelan, N., et al. (2024). Evaluating the relationship between conditional cash transfer and preterm births in Brazil: A population-based study. *BMC Public Health*, 24, 18152. <https://doi.org/10.1186/s12889-024-18152-2>
- Rasella, D., Aquino, R., Santos, C. A., Paes-Sousa, R., & Barreto, M. L. (2013). Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: A nationwide analysis of Brazilian municipalities. *The Lancet*, 382(9886), 57–64. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60715-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60715-1)
- Rasella, D., Basu, S., Hone, T., Paes-Sousa, R., & Millett, C. (2021). Child morbidity and mortality associated with alternative policy responses to the economic crisis in Brazil: A nationwide microsimulation study. *PLoS Medicine*, 18(4), e1003545. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003545>
- Rawlings, L. B., & Rubio, G. M. (2005). Evaluating the impact of conditional cash transfer programs. *World Bank Research Observer*, 20(1), 29–55.
- Santos, S. R., & Ferreira, J. B. (2019). *Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso uberlandense* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia].
- Shei, A. (2013). Brazil's conditional cash transfer program associated with improved prenatal care and reduced low birthweight. *Health Affairs*, 32(7), 1274–1281. <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2012.0909>
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2019). *Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: Cash transfer programs in comparative perspective*. Bonn: Institute of Labor Economics (IZA). <https://www.econstor.eu/handle/10419/211450>

Soares, S. S. D., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the impact of Brazil's *Bolsa Família*: Cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 45(2), 173–190.

Sperandio, N., Morais, D. C., Priore, S. E., & Franceschini, S. C. C. (2017). The impact of the Bolsa Família program on food consumption in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(6), 1771–1780. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017226.25842016>

Thaler, R. H. (2015). *Misbehaving: The making of behavioral economics*. New York: W. W. Norton & Company.